

Bolsista: Maria Fernanda Aidê Caldeira Brant (mafeaide@gmail.com)
Orientador: José Marcos Pinto da Cunha
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH/UNICAMP
Agência Financiadora: CNPQ
Palavras-chaves: Vulnerabilidade Social – Mobilidade residencial - Curso de Vida

Introdução

A partir da noção teórica de Vulnerabilidade Social compreendemos a pobreza enquanto um risco ao qual uns estão mais propícios/vulneráveis do que outros em função da presença ou ausência de ativos tais como capital social, capital humano, capital físico-financeiro. O conceito de vulnerabilidade envolve uma capacidade de *agência humana*, em vez da compreensão da pobreza como algo dado e imutável. O objetivo desta pesquisa é justamente compreender as articulações entre curso da vida e mobilidade residencial entre a população mais vulnerável a pobreza.

Metodologia

Através da análise quantitativa da base de dados da pesquisa domiciliar "Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sócio-demográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos" realizada em 2007 e da discussão teórica a respeito de ciclo e curso da vida foi possível a realização da pesquisa. Houve ainda a divisão da Região Metropolitana de Campinas em quatro Zonas de Vulnerabilidade Social (ZV1, ZV2, ZV3 e ZV4). A ZV1 constitui a área que se encontra mais vulnerável a pobreza, no geral, abarca as periferias mais distantes e precárias. Enquanto que a ZV2 se constitui como uma periferia mais consolidada, já a ZV3 e ZV4 são as áreas mais bem abastadas da RMC. Afim de se obter um panorama mais amplo, além de um aumento no número de observações de forma que mais cruzamentos fossem possíveis, os dados da ZV1 e ZV2 foram conjugados tal qual os da ZV3 e ZV4. É importante salientar que a ZV1 representa apenas 8,75% da população total da RMC, a ZV2, 51,18%, a ZV3, 31,26% e a ZV4, 8,81%.

Resultados

Os dados revelam quanto a naturalidade que para a ZV1 e ZV2 há uma menor porcentagem de naturais do município em relação a ZV3 e ZV4, respectivamente 36,8% e 51,7%, o que revela justamente como nas áreas mais vulneráveis da região há uma maior proporção de migrantes. Além disso, a composição da população segundo o seu lugar de nascimento indica que a ZV1 e ZV2 concentra uma porcentagem maior de migrantes da região nordeste, o correspondente a 12,3% enquanto a ZV3 e ZV4 4,8%.

Gráfico 1 - População residente nas ZV1 e ZV2, segundo lugar de nascimento Região Metropolitana de Campinas, 2007

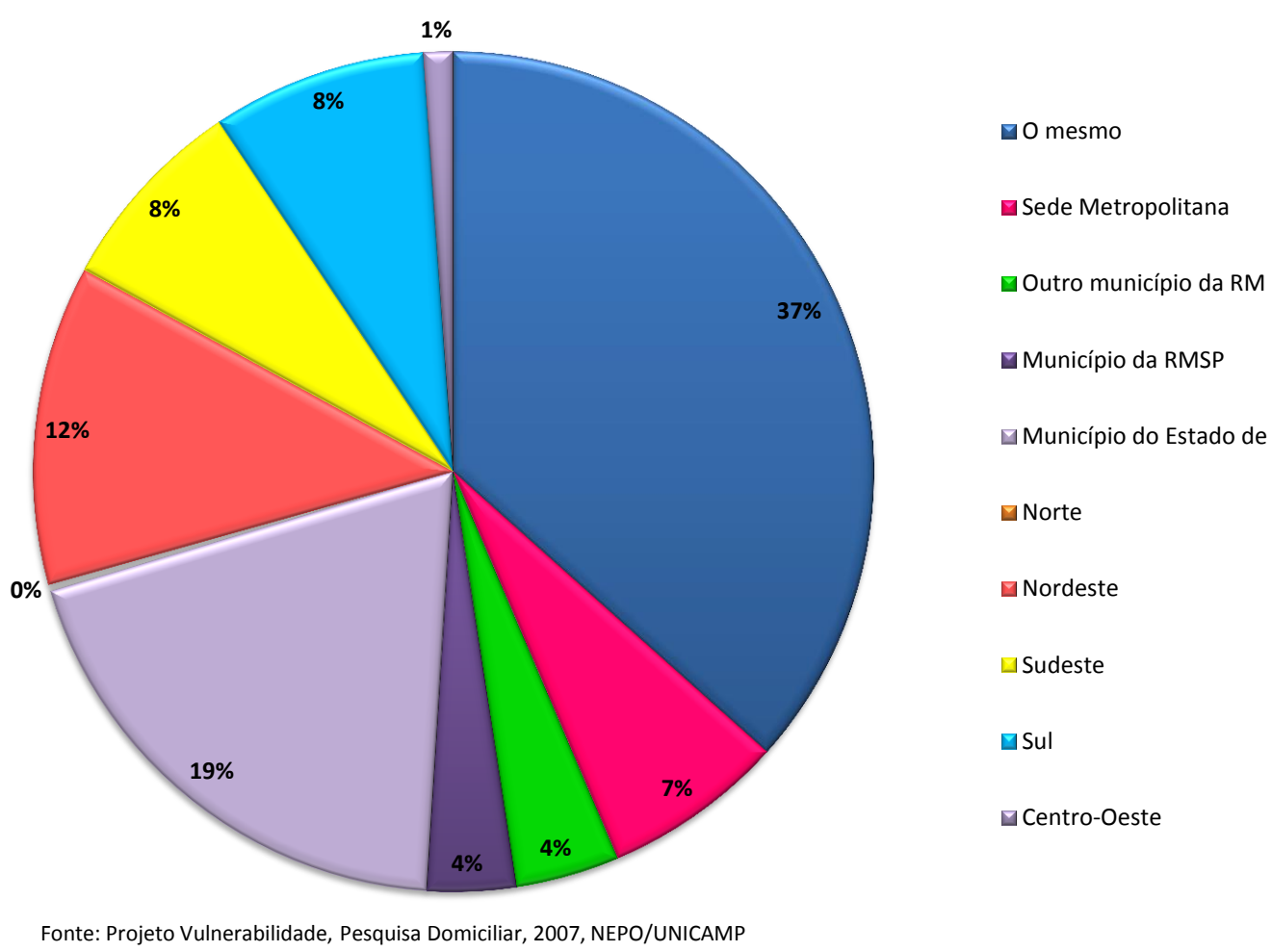
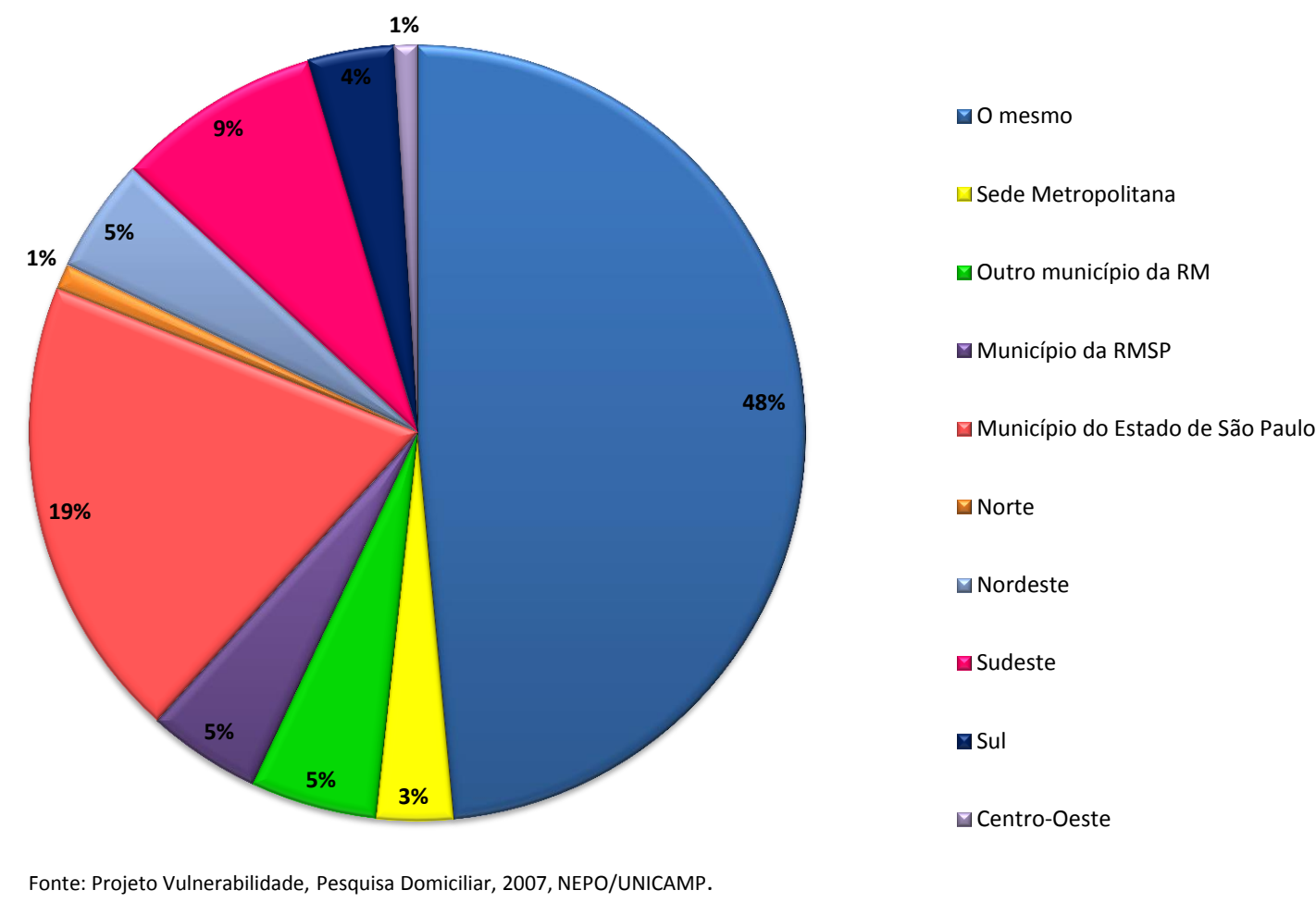
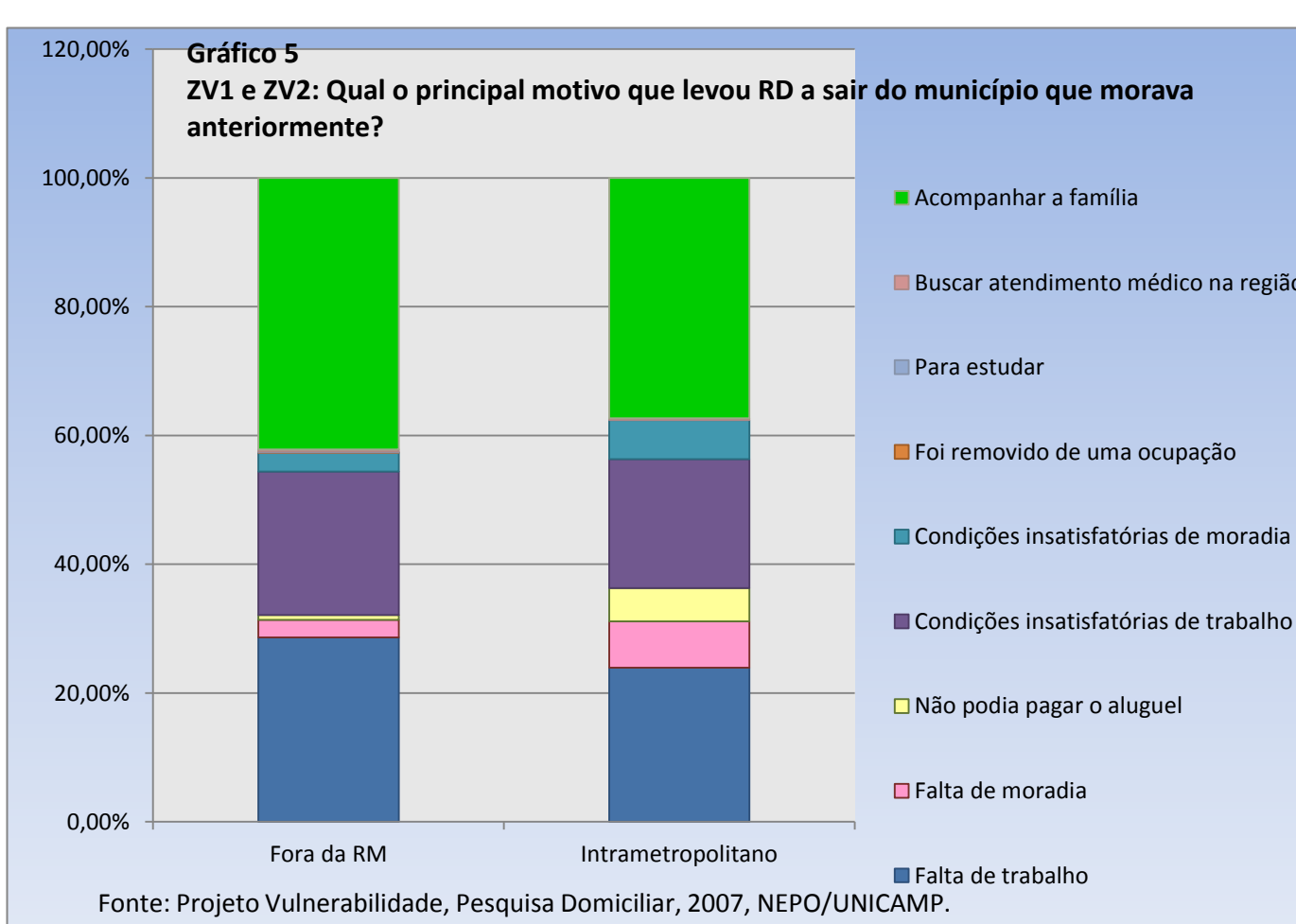
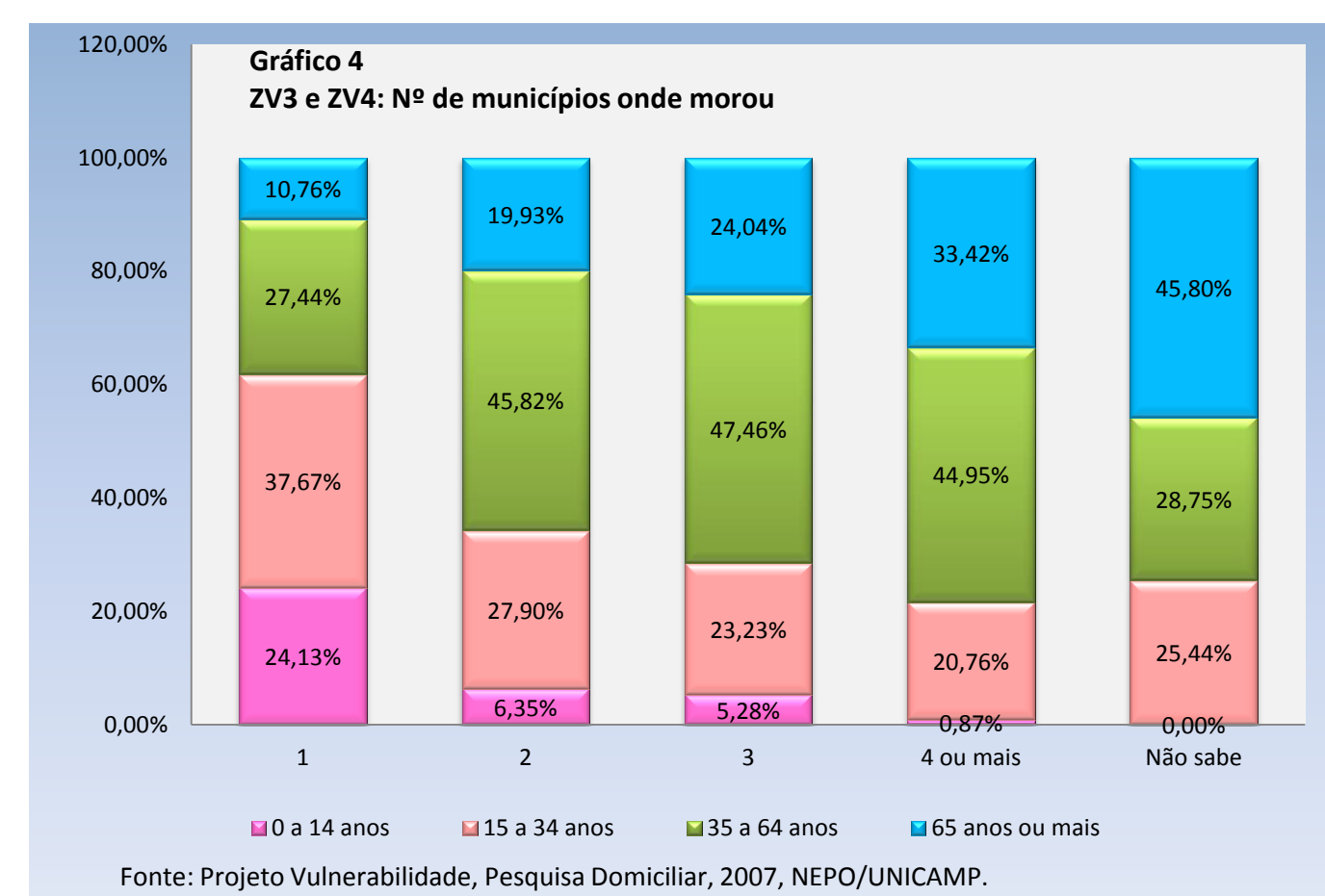
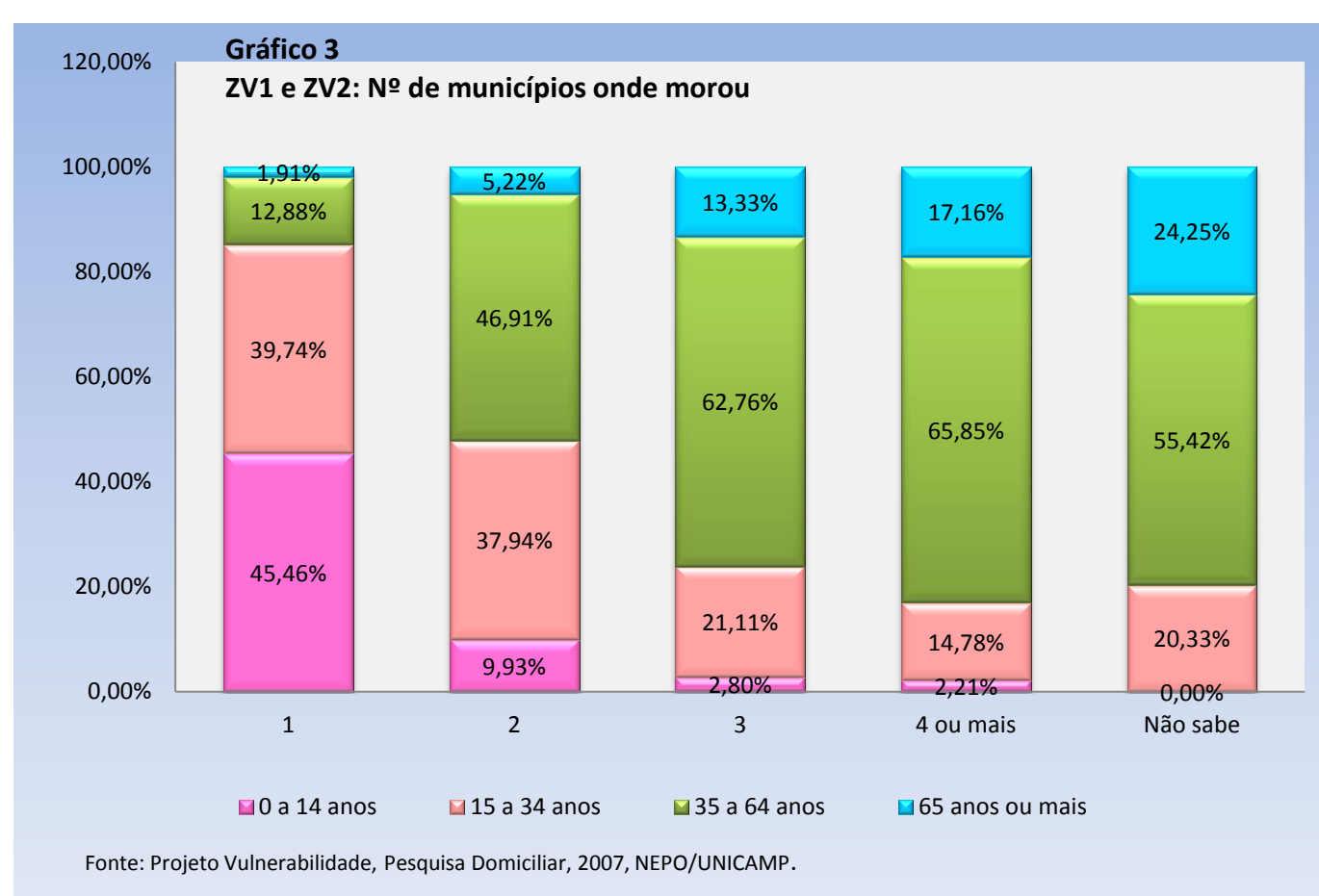


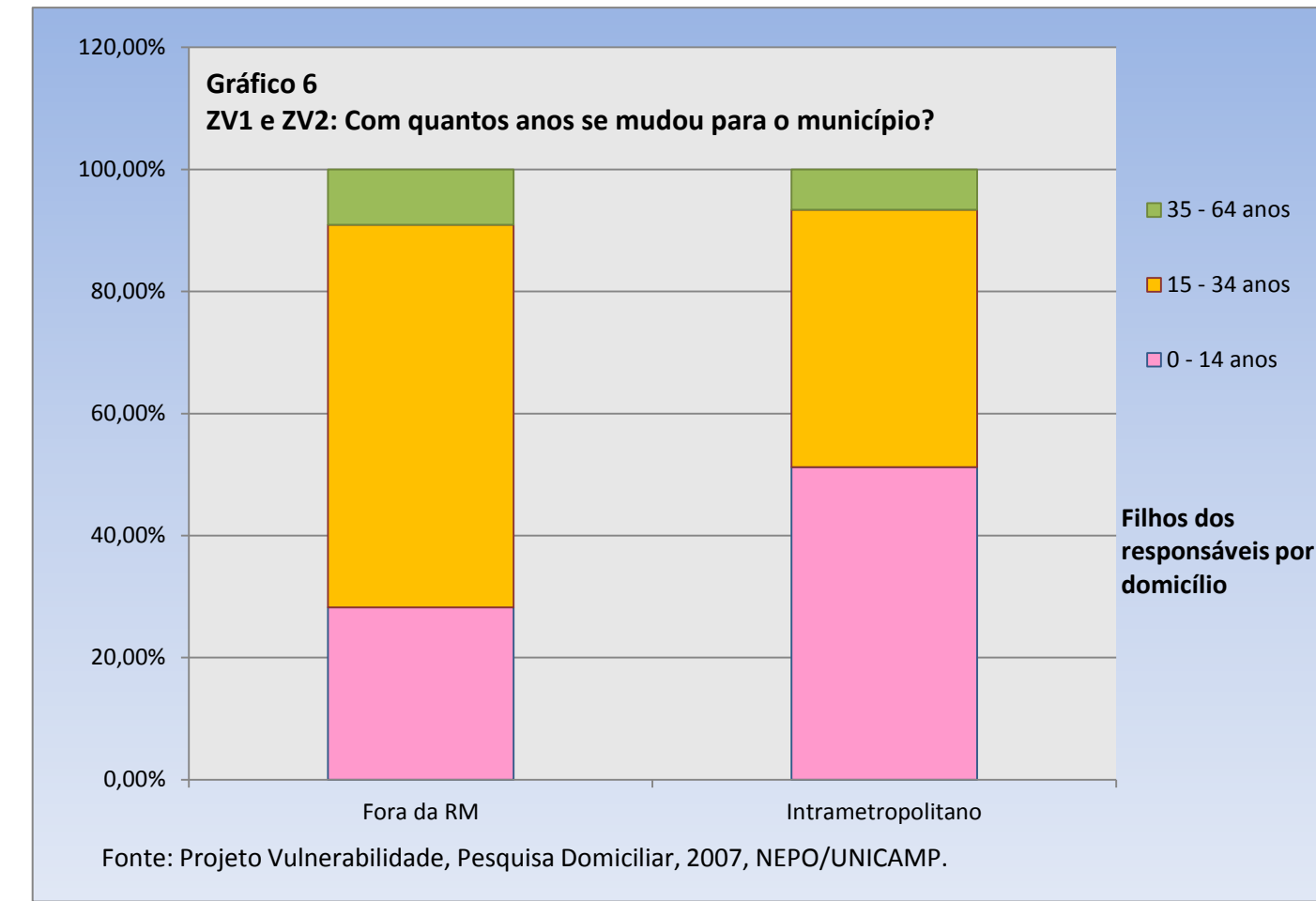
Gráfico 2 - População residente nas ZV3 e ZV4, segundo lugar de nascimento Região Metropolitana de Campinas, 2007



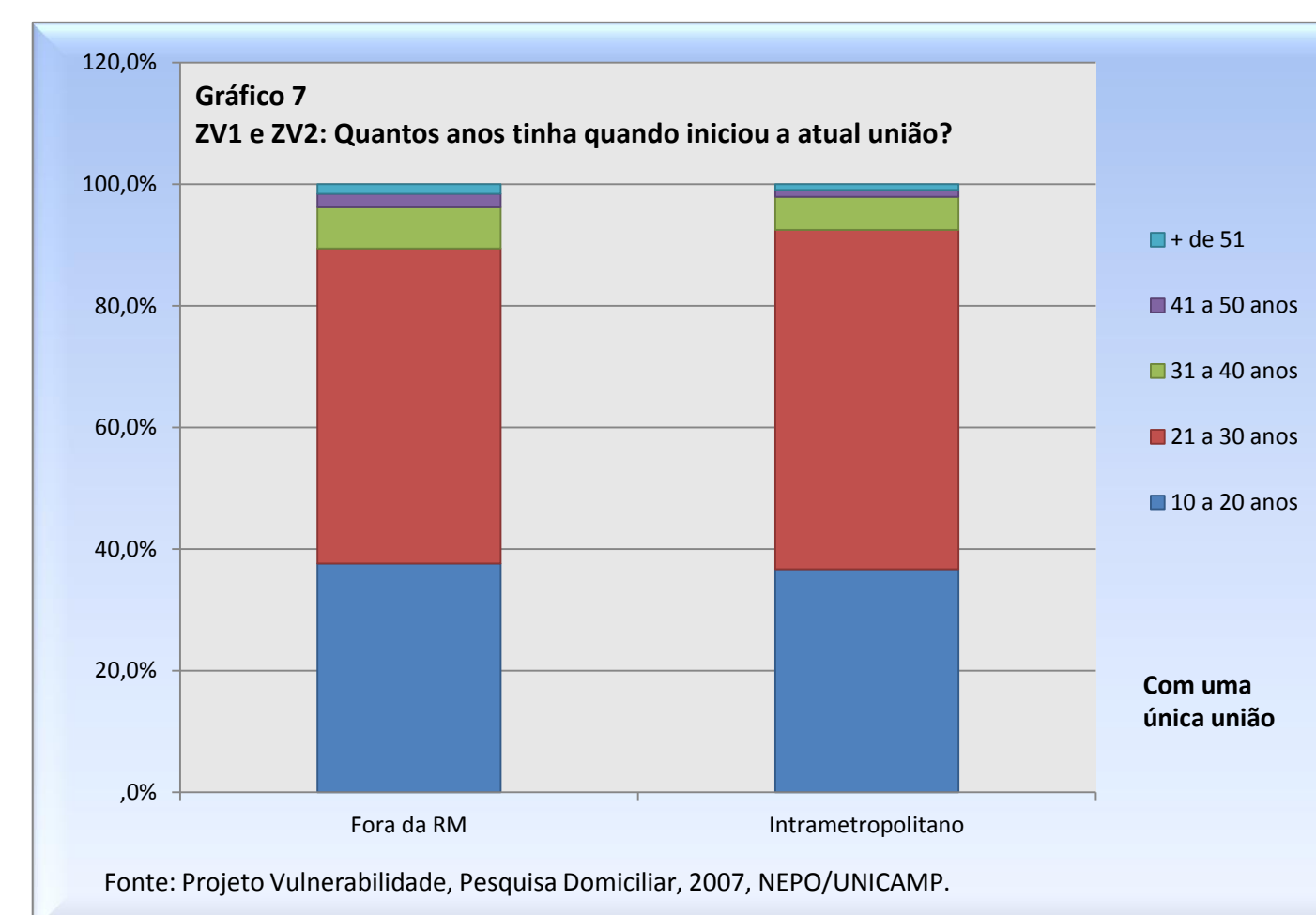
Em termos de mobilidade, a idade configura-se como um elemento importante, visto que, conforme maior a idade, maior é o número de municípios onde morou. Assim, pelos dados da ZV1 e ZV2 temos que entre aqueles que residiram em apenas um município 45,46% possui entre 0 e 14 anos, 39,74% entre 15 e 34 anos e 12,88% entre 35 e 64 anos. Já entre a população que morou em dois municípios a relação se inverte, 9,93% tem entre 0 e 14 anos e 46,91% entre 35 e 64 anos (gráfico 3).



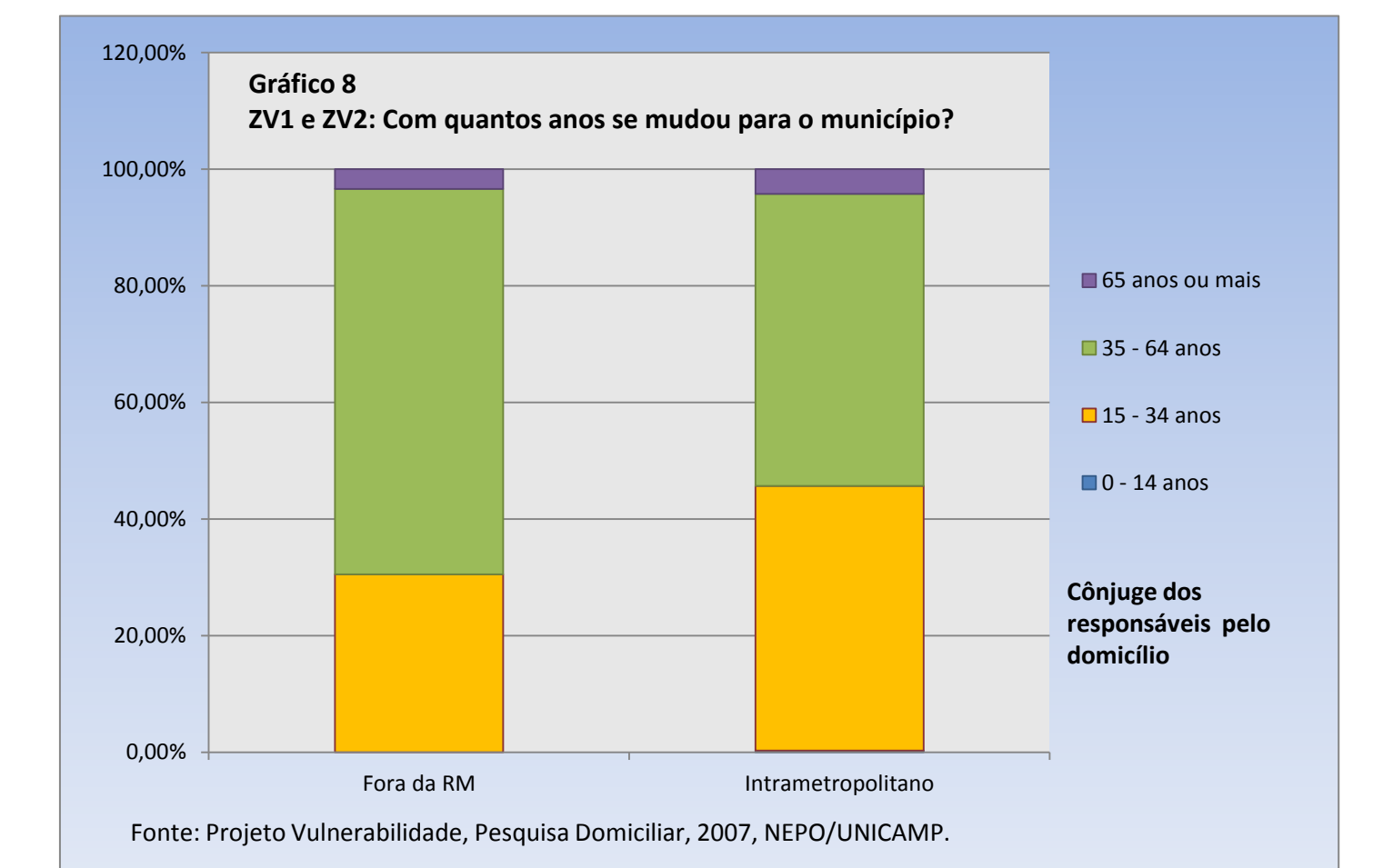
Classificando os migrantes termos dos que vieram de fora da RMC e internos, é possível observar que com relação a motivação para a saída do município anterior as razões relativas à moradia são mais expressivas entre os intrametropolitanos. As condições insatisfatórias e a falta de moradia, bem como a impossibilidade de pagar aluguel representam 18% dos motivos, enquanto entre os de fora da RMC a porcentagem é de 4% (gráfico 5). Contudo, os motivos majoritários tanto para os intrametropolitanos quanto fora da RMC são acompanhar a família, condições insatisfatórias e falta de trabalho.



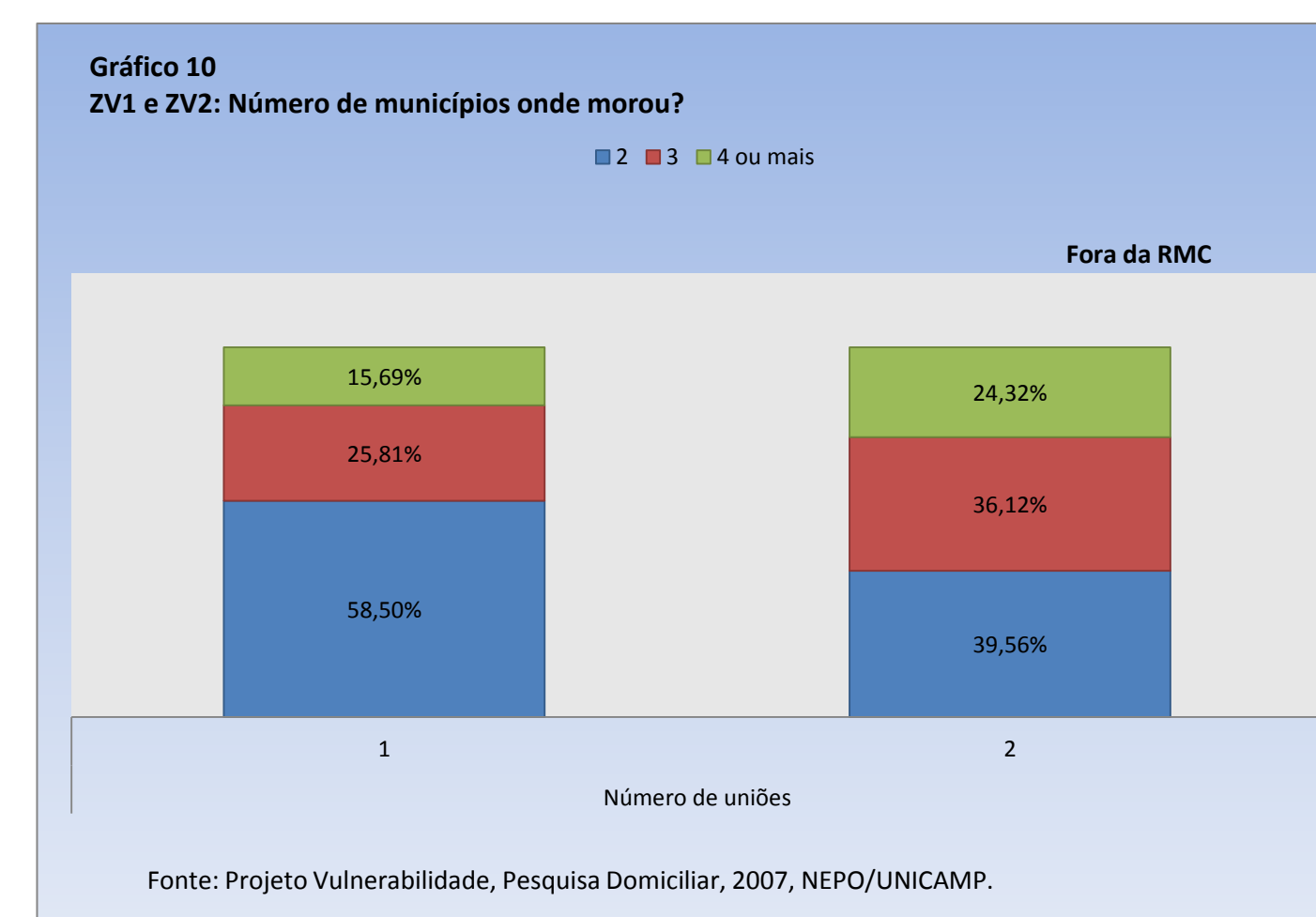
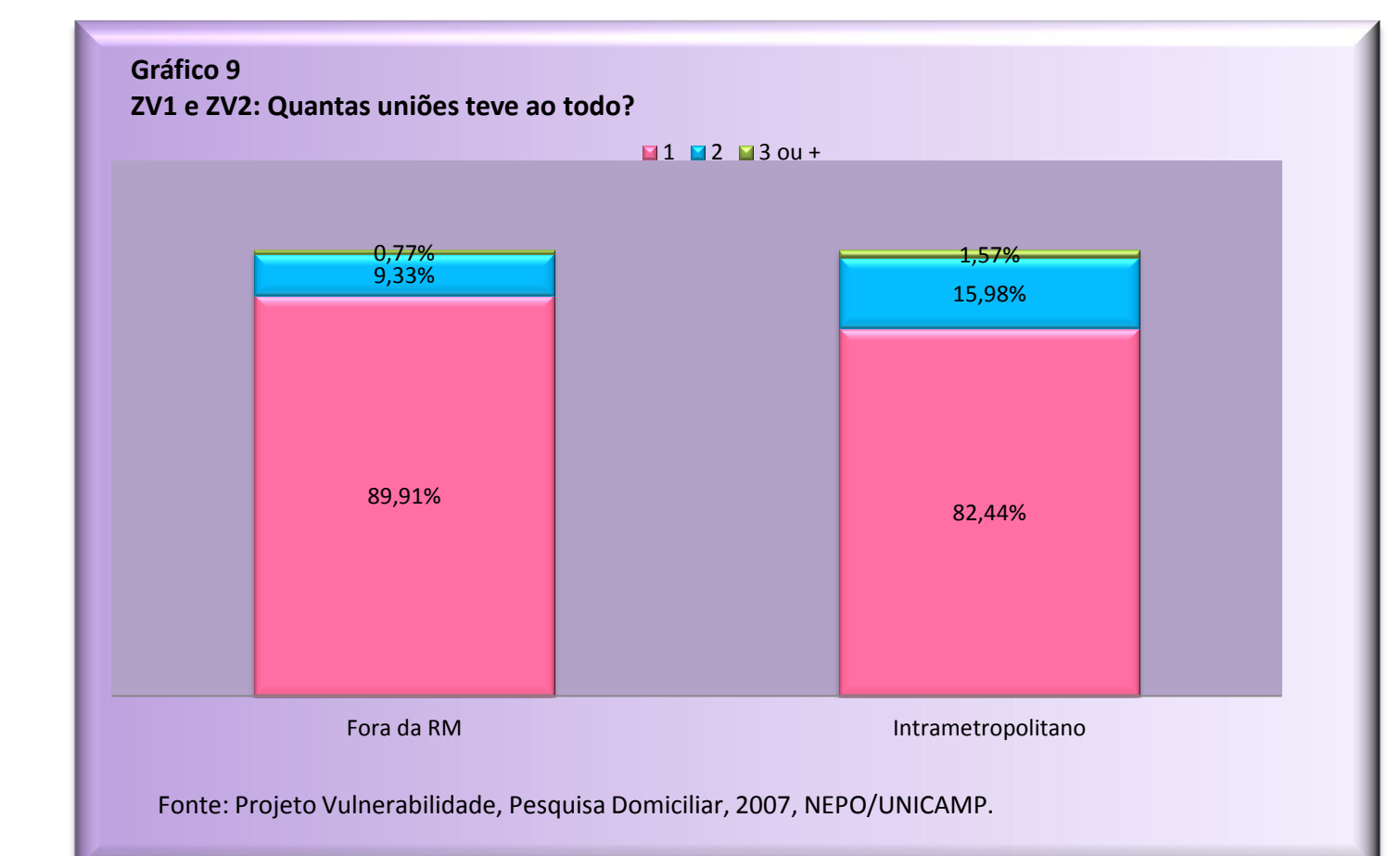
A análise da idade dos filhos dos responsáveis por domicílio no momento da mudança de município evidencia que para os migrantes intrametropolitanos a mobilidade espacial ocorre mais frequentemente com seus filhos em idades menores do que para os de fora da RMC. Tanto que 51,2% dos filhos de responsáveis pelo domicílio moveram-se quando tinham de 0 a 14 anos, para os fora da RMC o equivalente é de 28,5% (gráfico 6). Mais uma vez esses dados sugerem que a migração intrametropolitana é mais frequentemente de caráter familiar, envolvendo pessoas mais jovens e em momentos iniciais do curso de vida.



A respeito da idade ao migrar do cônjuge há uma relação com a idade da própria união, uma vez que, nas ZV1 e ZV2, 87,2% da população realiza a primeira união entre os 15 e 30 anos. De fato, a mobilidade espacial se dá a partir dessas idades, já que observamos que entre os cônjuges migrantes intrametropolitanos 45% moveu-se entre 15 e 34 anos. Por outro lado, no caso dos migrantes de fora da RMC esse percentual é de 30%. Também é interessante notar que entre estes últimos, 66% da população move-se com idades mais avançadas entre 34 e 65 anos, percentual maior que o apresentado pelos intrametropolitanos, 50% (gráfico 8).



Observando o número de uniões entre os migrantes intrametropolitanos e os de fora da RMC percebe-se que, majoritariamente, ambos permanecem na primeira união (gráfico 9). Além disso, os migrantes de fora da RM com uma segunda união apresentam uma maior mobilidade do que aqueles que permaneceram na primeira união, 39,5% dos com uma segunda união residiram em dois municípios e 36,1% em três. Enquanto que entre aqueles que permaneceram na primeira união 58,5% moraram em dois municípios e 25,8% em três.



Conclusões

O que é possível concluir é que para os nascidos no município ao qual foram entrevistados é nítido a pouca mobilidade residencial, bem como o fenômeno da migração é seletivo por idade, ou seja, há um elemento etário importante para a compreensão do fenômeno. Uma vez que conforme maior a idade também maior é o número de municípios onde morou, os dados sugerem que quanto mais rejuvenescida a população menor seria a sua mobilidade residencial.

A respeito da mobilidade dos migrantes de fora da RM residentes na ZV1 e ZV2 mais frequentemente esta ocorre em idades mais avançadas e com filhos não muito pequenos. Esse resultado sugere que pessoas em determinados momentos do curso de vida veem-se restringidas no sentido de realizarem movimentos de mais longa distância seja em termos de custos, de distâncias, em função das redes sociais de apoio e mesmo da garantia de trabalho.

A respeito da nupcialidade, a idade também é um elemento importante para pensarmos nas uniões em termos do momento em que elas ocorreram na vida das pessoas. Conforme expressa o princípio do momento da vida (*timing in lives*) presente na formulação teórico sobre curso da vida de Glen H. Elder, a união conjugal possui um impacto na vida do indivíduo de forma que pode implicar numa mudança residencial seja de município, estado ou bairro. O que os dados indicam é que quem teve um maior número de uniões teve maior mobilidade espacial em termos de município principalmente para os de fora da RMC.

Referências

BENGTSON, Vern; ALLEN, Katherine. The life course perspective applied to families over time. In: (Org.) Sourcebook of Family Theories and Methods: A Contextual Approach. New York: Plenum Press, 1993, p. 469-503.
 BLANCO, Mercedes. El enfoque del curso de vida: orígenes y desarrollo. RELAP, ano 5, número 8. Janeiro/Junho, 2011.
 CUNHA, José Marcos [et al.]. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. In: Novas metrôpoles paulistas : população, vulnerabilidade e segregação, 2006.
 DEWILDE, Caroline. A life-course perspective on social exclusion and poverty. *British Journal of Sociology*, Vol. 54, No. 1, p. 109-128, Março de 2003.
 ELDER, G. The Life Course as Developmental Theory. *Child Development*, Vol. 69, No. 1, p. 1-12, Fevereiro de 1998.
 ELDER, G.; JOHNSON, M.; CROSNOE, R. The Emergence and Development of Life Course Theory. *Handbook of life course*. Kluwer Academic/Plenum Publishers, New York, 2003.
 KAZTMAN, R. Activos y estructura de oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Uruguay: CEPAL/Oficina de Montevideo, 1999.
 _____. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. *Revista de la CEPAL*, Santiago do Chile, n.75, p.171-189. Dezembro, 2001.